



Nova meta fiscal chega ao Congresso para ser votada hoje

Documento entregue ontem a Renan Calheiros pelo presidente interino Michel Temer prevê déficit de R\$ 170,5 bilhões nas contas públicas

Senadores e deputados se reúnem hoje às 11h para votar a revisão do cálculo de déficit nas contas públicas do país em 2016, que passa para R\$ 170,5 bilhões. Antes os parlamentares terão que destrancar a pauta de votações, analisando 24 vetos presidenciais.

O documento com os novos números do desempenho fiscal foi entregue ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, pelo presidente da República interino, Mi-

chel Temer. O texto registra aumento das despesas de R\$ 19,9 bilhões e queda real de 4% na receita líquida, calculada em R\$ 1,077 trilhão. O contingenciamento foi reduzido em R\$ 21,2 bilhões contra os R\$ 44 bilhões previstos na gestão de Dilma Rousseff.

A proposta será avaliada diretamente pelo Plenário, sem passar pela Comissão Mista de Orçamento, porque não houve quorum para votar o parecer do relator. 3

Denúncia contra Romero Jucá repercute em discursos na tribuna do Plenário

Senadores defenderam o afastamento de Romero Jucá do Ministério do Planejamento diante da denúncia de que teria buscado acordo para barrar as investigações

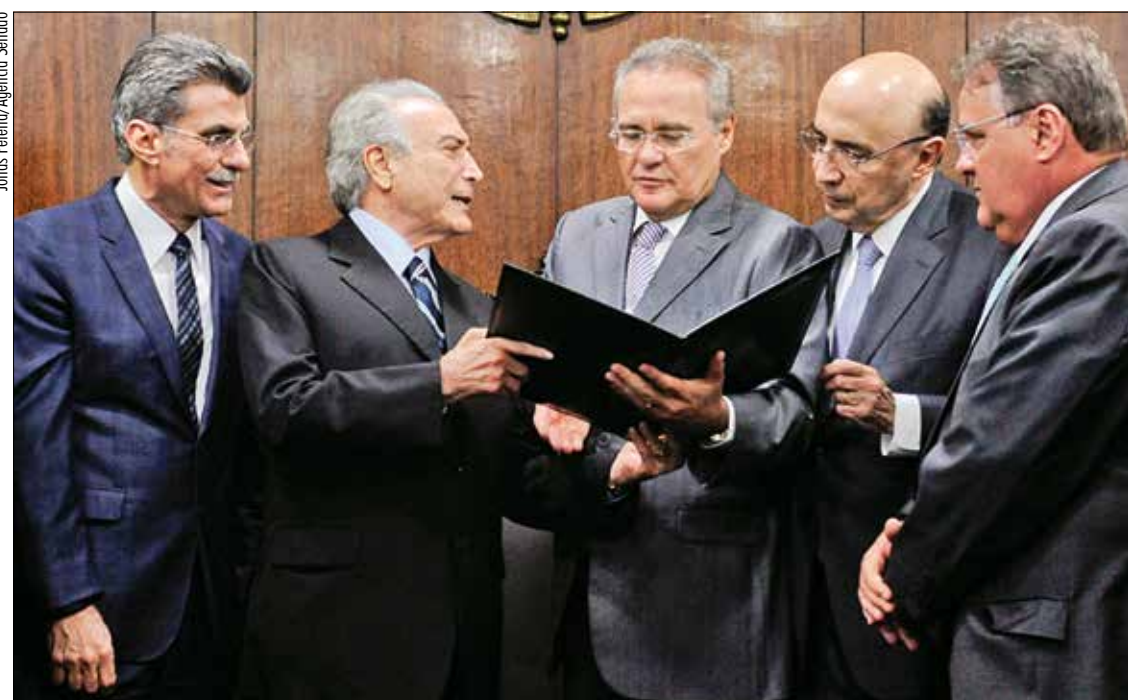
da Lava Jato. O senador licenciado, após participar da entrega da nova meta fiscal, disse que pedirá licença do ministério e reassumirá hoje o cargo no Senado. 8

Senadores debatem fusão de ministérios

A fusão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação com o Ministério das Comunicações, proposta pelo governo interino de Michel Temer, será discutida hoje em audiência da Comissão de Ciência e Tecnologia. Para participar do debate, foram convidados representantes da comunidade científica, de universidades e das fundações estaduais de pesquisa. Cidadãos poderão interagir com a audiência pela internet ou por telefone. 3

Exoneração em emissora pública sofre críticas

Jornalistas que debateram o sistema público de comunicação na Comissão de Direitos Humanos criticaram a exoneração, pelo presidente interino Michel Temer, do ex-presidente da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) Ricardo Melo, no dia 17. Consideraram que houve uma intervenção política na emissora e afirmaram que, após a nomeação do novo diretor, Laerte Rimoli, está havendo censura e interferência na programação. 7



Entre ministros, o presidente interino Michel Temer entrega a Renan Calheiros o novo cálculo das contas públicas

Aposentadoria especial é objetivo de motoboys e mototaxistas

Em audiência pública ontem na Comissão de Direitos Humanos, representantes dos motociclistas profissionais criticaram projeto que altera a regulamentação profissional da categoria.

A proposta, do senador Marcelo Crivella, traz novas regras de segurança que não poderão ser cumpridas, segundo motoboys e mototaxistas. Entre elas, a obrigatoriedade de uso de pneus de chuva, limite de

200 cilindradas para os veículos, limitação da velocidade a 60 quilômetros por hora e proibição de trafegar nos corredores entre os carros. Para os sindicalistas, a Lei 12.009/2009 já contempla as necessidades dos profissionais nessa área.

Em vez disso, eles querem conversar com o senador para que seja apresentado um projeto de lei tratando da aposentadoria especial da categoria. 6



Sindicalista fala em audiência presidida pelo senador Paulo Paim (3º à esq.)

especial Cidadania



Consumidor terá de comprar um aparelho digital ou converter o antigo

Revolução tecnológica muda TV até o fim de 2018

Em dois anos e meio o sinal de TV nas capitais e nas principais cidades do interior do país deixará de ser analógico para se tornar exclusivamente digital. A troca será feita por etapas nas diferentes regiões.

A mudança trará qualidade superior de som e imagem. Mas, para o senador Walter Pinheiro, o Congresso deve cobrar do governo promessas como a universalidade e a mobilidade do sistema. 4 e 5

Propostas da Agenda Brasil serão atualizadas 7

Audiência avalia fim de adicional em tarifa aérea 6

Terá selo empresa que incentivar doação de sangue 2

Projeto amplia ausência justificada do trabalho 6

Benefício a produtor rural devedor é vetado 2

Senado homenageia empresários de destaque 2

Doação de sangue e medula óssea passa a ter incentivo

Lei recém-sancionada concede Selo Empresa Solidária com a Vida às pessoas jurídicas que estimulam seus funcionários a doar sangue e medula. Marca poderá ser usada em peças publicitárias

FOI PUBLICADA ONTEM no *Diário Oficial da União* a lei que concede o Selo Empresa Solidária com a Vida às empresas que adotarem políticas para estimular os funcionários a doar sangue e medula óssea. A Lei 13.289/2016 tem origem no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 38/2014, que foi aprovado pelo Senado em abril.

As pessoas jurídicas que receberem o selo poderão usar a marca em propagandas e em publicações promocionais. Além disso, serão inscritas no Cadastro Nacional de Empresas Solidárias com a Vida. A cada ano, cinco delas serão premiadas com o título Empresa Campeã de Solidariedade.

O objetivo do programa é

homenagear as empresas solidárias com a vida e informar os trabalhadores sobre a doação de sangue e os procedimentos para fazer parte do Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea. Tem ainda o propósito de estimular as empresas a conceder condições ao trabalhador para que ele possa doar ou cadastrar-se como doador de medula óssea.

Ao defender o projeto que deu origem à lei, o autor, hoje ex-deputado Beto Albuquerque, ressaltou que os bancos de sangue e os centros de transplante de medula óssea carecem de doadores.

A mesma avaliação teve o relator da proposta na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do

Senado, senador Elmano Férrer (PTB-PI). Para ele, a ideia é que as empresas sejam as intermediárias entre os hemocentros e os cidadãos.

Veto

Foi vetado o trecho do projeto que assegurava às empresas inseridas no programa a citação em publicações promocionais oficiais. De acordo com as razões do veto, o benefício seria desproporcional, porque obrigaria a citação de todas as empresas que aderirem ao programa, sem relacionar destinatários e custos. Outro problema é que o projeto não definia em quais publicações promocionais as empresas seriam mencionadas.



Sala de coleta de sangue da Fundação Pró-Sangue, em São Paulo: com nova lei, governo quer incentivar doações no país

Temer veta permissão para que agricultor inadimplente tome novo empréstimo

O presidente interino Michel Temer vetou o projeto de lei que permite novo financiamento ao agricultor que renegociar dívida de crédito rural sem amortizar as prestações do contrato anterior. O projeto vetado (PLC 87/2015) havia sido aprovado pelo Senado no final de abril.

Do deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), o projeto modifica a Lei 11.775/2008 ao eliminar a restrição à tomada de novos empréstimos mesmo que o mutuário não tenha feito o pagamento das parcelas previstas no contrato de renegociação.

Temer ouviu os Ministérios da Fazenda e do Planejamento para decidir sobre o tema. De acordo com as razões do veto, a revogação da obrigatoriedade de quitação dos contratos anteriores poderia causar inadimplência futura.

Também não beneficiaria produtores em dia com as prestações e faria com que a Lei 11.775/2008 perdesse o

foco original, que é justamente estimular a regularização de dívidas de crédito rural e crédito fundiário.

O veto contraria as manifestações feitas pelos senadores durante a análise do projeto. O relator do texto na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), senador José Medeiros (PSD-MT), apresentou na ocasião voto favorável ao projeto e disse que a mudança não resultaria em "implicação fiscal direta, uma vez que não ocorreria aumento da despesa pública, sendo avaliada caso a caso a situação do tomador do crédito".

Para o senador Blairo Maggi (PR-MT), relator substituto do projeto na CRA, o texto abriria uma oportunidade de novo crédito para o produtor. A senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) elogiou a proposta, que, em sua opinião, poderia estimular o agronegócio. O senador José Pimentel (PT-CE) considerou a iniciativa de "suma importância".

Empresários de destaque recebem prêmio do Senado

Os empresários Abílio Diniz, Jandir José Milan e José Augusto Vieira receberam hoje do Senado o Diploma José Ermírio de Moraes, entregue anualmente a figuras que se destacam no setor industrial. A sessão está marcada para as 11h.

Abílio preside o Conselho de Administração da BRF (conglomerado que reúne as marcas Sadia e Perdigão). Milan é presidente da Federação das Indústrias de Mato Grosso e vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Vieira é o proprietário da marca de alimentos Maratá.

O conselho do Diploma José Ermírio de Moraes é presidido pelo senador José Agripino (DEM-RN).

José Ermírio de Moraes foi engenheiro, empresário, ministro e senador. Ele morreu em 1973, deixando como legado o Grupo Votorantim.

Comissão vota pedido de informações para avaliar impactos da Lei do Feminicídio

A Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher deve votar hoje, às 14h, um requerimento de informações a autoridades federais e estaduais sobre casos de homicídio de mulheres. O objetivo é avaliar a efetividade da Lei do Feminicídio (Lei 13.104/2015). O requerimento é da relatora da comissão, deputada Luizianne Lins (PT-CE).

Na mesma reunião, a relatora apresentará o plano de trabalho da comissão para 2016.

Também devem ser votados pedidos de audiência pública sobre a situação da violência contra as mulheres transexuais e travestis e de realização de um seminário em São Paulo para tratar da

violência doméstica.

Além disso, será votado um requerimento pela realização de um debate sobre exemplos de políticas e legislações adotadas em diferentes países e no Brasil para promover o empoderamento econômico da mulher e seus impactos na diminuição nos índices de violência de gênero.

Na pauta da comissão mista também há um requerimento pela inclusão de convidadas num debate na comissão sobre o primeiro relatório nacional sobre a população penitenciária feminina do país, o *Infopen Mulheres*.

A Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher é presidida pela senadora Simone Tebet (PMDB-MS).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CCT Fusão de ministérios

8h45 Audiência pública interativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática a respeito da fusão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação com o Ministério das Comunicações.

CMO Nova meta fiscal

10h A Comissão Mista de Orçamento faz reunião extraordinária para analisar e votar o Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 1/2016, que altera a meta fiscal prevista para 2016. Outras duas reuniões do colegiado estão marcadas para as 14h30 e as 18h, na Câmara dos Deputados.

PRESIDÊNCIA Sessão do Congresso

11h Renan Calheiros conduz a sessão do Congresso Nacional e participa no Senado da entrega do Diploma José Ermírio de Moraes. Às 16h, preside a ordem do dia do Plenário.

CONGRESSO Análise de vetos

11h Sessão conjunta de senadores e deputados federais para a votação de 24 vetos presidenciais, de dois projetos de resolução e do Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 1/2016, que modifica a meta fiscal deste ano.

PLENÁRIO Diploma José Ermírio

11h Entrega do Diploma José Ermírio de Moraes a empresários. Às 14h, sessão deliberativa.

CDH Adoção facilitada

11h30 Votação na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, entre outros, do Projeto de Lei do Senado (PLS) 531/2013, que facilita o processo de adoção, e do PLS 650/2011, que propõe demandas de acessibilidade nas moradias do Programa Minha Casa, Minha Vida.

MINERAÇÃO Requerimentos

13h30 A Subcomissão de Mineração vota requerimentos.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER Plano

14h Comissão permanente mista apresenta plano de trabalho para 2016 e vota requerimentos.

CPI DO HSBC Relatório final

14h30 Comissão parlamentar de inquérito que investiga contas suspeitas que brasileiros mantêm em agência do banco HSBC em Genebra, na Suíça, vota o seu relatório final.

MP 714/2016 Audiência pública

14h30 Comissão que analisa medida que extingue o adicional de tarifa aeroportuária e aumenta a participação estrangeira no capital das aéreas brasileiras faz audiência pública interativa. Entre os convidados, estão representantes da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) e do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• **Alô Senado:** 0800 612211

• **Acompanhe:** • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das **8h45**, a reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Congresso vota previsão de deficit de R\$ 170,5 bi

Presidente Michel Temer entregou pessoalmente a nova meta fiscal, que vai ser avaliada pelo Plenário sem passar pela Comissão de Orçamento

A NOVA META fiscal para 2016 deverá ser votada hoje em sessão do Congresso, marcada para começar às 11h, em função dos 24 vetos presidenciais que trancam a pauta. A sessão que estava programada para iniciar à tarde foi antecipada a pedido do presidente da República interino, Michel Temer, que veio pessoalmente ao Senado entregar a revisão do projeto de lei com o cálculo de deficit nas contas públicas de R\$ 170,5 bilhões, anunciado pela equipe econômica na sexta-feira.

A proposta (PLN 1/2016) deve ser avaliada pelo Plenário, sem passar pelo crivo da Comissão Mista de Orçamento (CMO), que não obteve quorum para examinar parecer do relator, deputado Dagoberto (PDT-MS).

Depois do encontro com Temer, o presidente do Senado, Renan Calheiros, confirmou o novo horário da sessão para votar a alteração da meta fiscal.

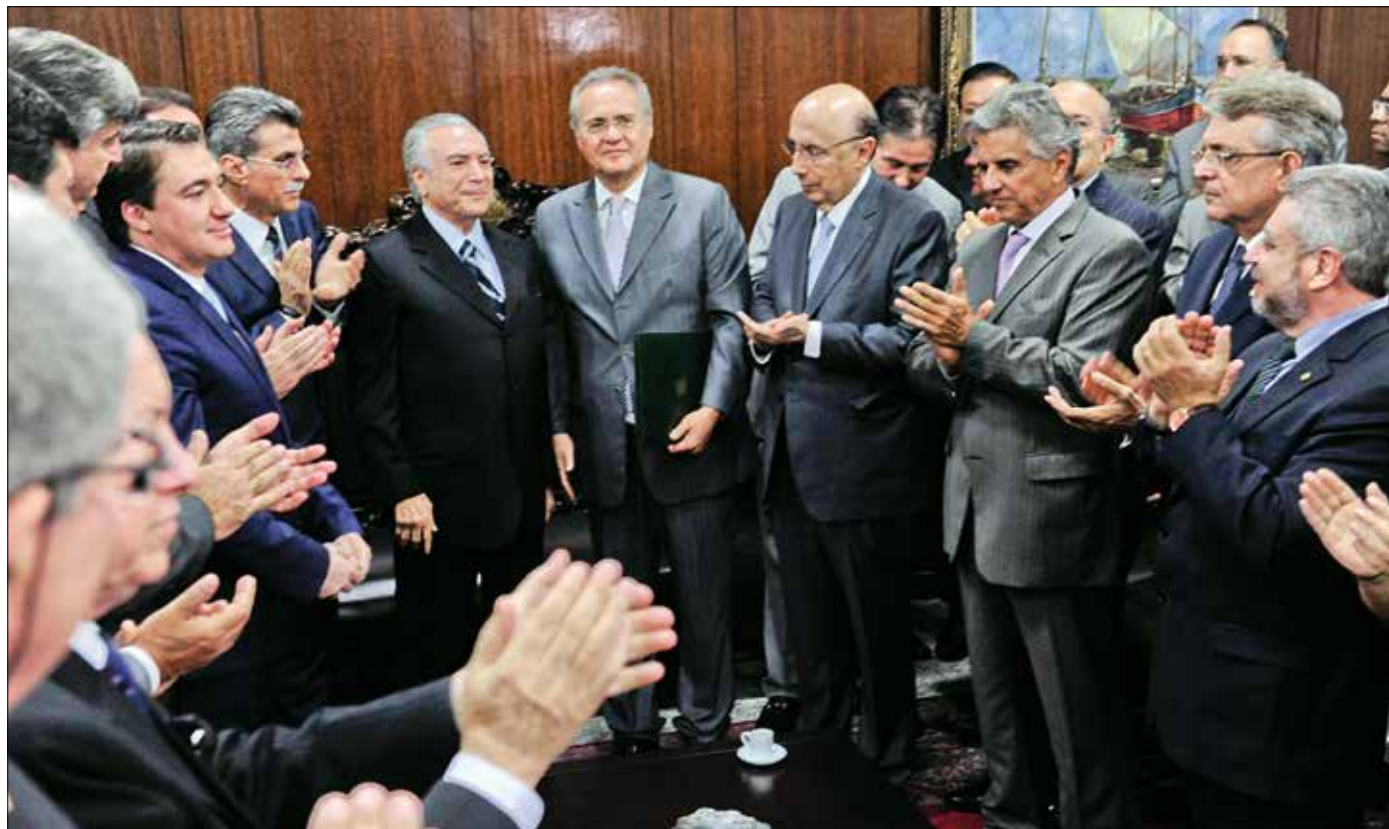
— A pedido do presidente Temer, antecipamos a sessão, de modo a ter mais tempo para apreciar os vetos e, em seguida, votar a redução da meta fiscal. Eu vou ajudar o governo Temer da mesma forma que ajudei o governo da presidente Dilma, porque não é o Michel Temer, é o Brasil, é o interesse nacional que está em jogo. É a necessidade de reduzir a meta fiscal para que este governo não entre na ilegalidade que o outro entrou — disse Renan.

Temer foi acompanhado ao Congresso pelos ministros da Casa Civil, Eliseu Padilha; da Fazenda, Henrique Meirelles; do Planejamento, Romero Jucá, que deve se afastar do cargo hoje; e da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima. Quando chegaram ao Senado, eles foram vaiados por manifestantes e alguns deputados que gritavam “golpistas” e “fora Temer”.

Jucá reafirmou a importância da votação da nova meta ainda em maio.

— A ideia é que amanhã [hoje] possamos aprovar o primeiro movimento da nova equipe econômica, que é o de dar realidade às contas públicas. Estamos entregando uma meta matemática, factível e realista. Não tem maquiagem e isso é a primeira diferença entre o governo Temer e o governo que saiu — afirmou Jucá.

Consta da revisão da meta o aumento das despesas de R\$ 19,9 bilhões em relação ao previsto anteriormente e queda real de 4% na receita líquida, calculada em R\$ 1,077 trilhão. O contingenciamento foi reduzido em R\$ 21,2 bilhões contra os R\$ 44 bilhões previstos na gestão Dilma.



Renan recebeu nova meta orçamentária do presidente interino Michel Temer e dos ministros do Planejamento, Jucá, e da Casa Civil, Eliseu Padilha

Sem quorum de senadores, comissão não consegue discutir meta fiscal

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) não conseguiu votar ontem, por falta de quorum do Senado, o parecer do deputado Dagoberto para mudar a meta fiscal de 2016, que permitirá ao governo federal encerrar o ano com deficit primário (despesas maiores que receitas, sem contar o pagamento dos juros da dívida pública) de R\$ 170,5 bilhões. O colegiado tem encontro marcado para hoje às 10h. Mas o presidente da CMO, deputado Arthur Lira (PP-AL), já aceitou que o projeto vá direto para o Plenário do Congresso, em sessão prevista para hoje às 11h.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, não precisará manter o mesmo relatório apresentado por Dagoberto na CMO. E poderá nomear um relator substituto para apresentar um novo parecer em Plenário.

A falta de quorum suficiente entre os senadores obrigou o presidente da CMO a encerrar os trabalhos de ontem pouco após a abertura da sessão. Lira informou que havia tentado contato com senadores para alcançar

o quorum.

Disse que a ida do projeto ao Plenário, sem parecer da comissão, será “uma pena”, mas que o importante é que o assunto seja resolvido com rapidez.

— Não é o melhor caminho, mas é um caminho possível para evitar que a meta não seja aprovada e que o Brasil tenha sanções duras em relação ao desempenho do Orçamento— declarou Lira.

Contingenciamento

O projeto que altera a meta (PLN 1/2016), apresentado em março, na gestão da presidente afastada Dilma Rousseff, transformava a previsão de superavit de R\$ 24 bilhões da União, prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), em deficit de R\$ 96,7 bilhões. Ela foi revista pela equipe econômica de Temer e precisa ser aprovada até o final de maio para evitar que o governo tenha que fazer bloqueio no Orçamento federal deste ano da ordem de R\$ 180 bilhões, conforme estimativa anunciada, em

reunião com líderes partidários na CMO, pelo ministro do Planejamento, Romero Jucá, que deve se afastar hoje do cargo. Jucá criticou os parlamentares do PT, que têm prometido obstruir a votação da nova meta fiscal.

— Isso é urgente. Se o ajuste não for votado, o governo terá que paralisar todas as suas ações. É claro que quem é oposição hoje vai querer bloquear a sessão, mas acho que a luta política não pode ser feita no sentido de piorar ou segurar as políticas públicas. Vamos ver o tamanho do PT e se ele vai novamente atrapalhar o Brasil— disse Jucá.

“Truculência”

O relator, deputado Dagoberto, considerou votar o projeto no Congresso, sem passar pela CMO, uma “truculência”. Disse que os números apresentados pela equipe de Temer são realistas e poderiam ser facilmente incorporados ao seu relatório, por meio de adendo, mas enxerga uma “discussão política” desnecessária criada em cima do projeto.

O deputado acredita que haja uma “articulação” para que a CMO não seja parte do processo de avaliação da nova meta fiscal.

— Acho muito estranha a não presença de senadores. Como a base do governo tem interesse nessa votação e a própria base não vem? Logicamente teve alguma coisa articulada para não dar quorum e [o projeto] não ser votado. Deve vir alguma coisa aos trancos e barrancos, o que é pior para o próprio governo.

Aprovado hoje o novo deficit, será o terceiro ano consecutivo em que o Brasil não consegue economizar para pagar os juros da sua dívida.



Deputado Arthur Lira (D) e Wellington Fagundes (C) na Comissão Mista de Orçamento, ontem

Veja na pág. 8 os discursos dos senadores sobre gravação de conversa envolvendo Jucá

Comissão de Ciência e Tecnologia vai debater a fusão de ministérios no governo Temer

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) realiza hoje, às 8h45, audiência pública interativa para debater a fusão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação com o Ministério das Comunicações,

proposta pelo governo interino de Michel Temer.

Com o objetivo de ouvir a comunidade científica, representantes das universidades e das fundações estaduais de pesquisa, a comissão convidou

para a audiência a presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Helena Nader, e o membro titular da Academia Brasileira de Ciências (ABC) Elibio Leopoldo Rech Filho.

Também fazem parte da lista de convidados o presidente do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), Sérgio Luiz Gargioni, e o secretário-executivo da Associação Nacional

dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Gustavo Henrique de Sousa Balduino.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

TV deverá ser apenas digital até o fim de 2018

Em quase todo o país, o sinal analógico será desligado, em etapas, nos próximos dois anos e meio. A mudança trará qualidade superior de imagem e som, multiprogramação, interatividade e abertura para a tecnologia 4G

Anderson Vieira

UM DOS MEIOS de comunicação mais populares do país está passando por uma revolução tecnológica. Até o fim de 2018, o sinal analógico da TV aberta será desligado nas capitais e principais cidades do interior do país. Com isso, a maior parte dos brasileiros vai entrar numa nova era da televisão, a digital, com qualidade superior de imagem e de som, e recursos como a multiprogramação.

O processo de transição está sendo feito em etapas e registra atrasos. Sucessivas portarias do Ministério das Comunicações (que acaba de ser fundido com o Ministério da Ciência e Tecnologia) foram publicadas para redefinir os calendários de desligamento — tecnicamente chamado de *switch off*. Por enquanto, a única cidade brasileira que assiste somente à TV digital é Rio Verde, no interior de Goiás.

Conforme o cronograma em vigor, Distrito Federal e Entorno terão transmissões analógicas interrompidas em outubro deste ano. Ao longo de 2017, será a vez

das quatro capitais da Região Sudeste; de Salvador, Recife e Fortaleza, no Nordeste; e de Goiânia, no Centro-Oeste (*veja quadro*). Outra portaria ministerial definirá as localidades para 2018. Com isso, o governo espera que cerca de 1,4 mil cidades tenham o processo de migração concluído.

O diretor-geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Luis Roberto Antonik, lembrou que a intenção inicial de implantar o novo sistema digital em todo o país foi abandonada e agora se optou por desligar o sistema analógico somente nas cidades onde seria necessário abrir caminho para a tecnologia 4G. É que com a migração do sistema, a faixa de frequência de 700 MHz ficará livre para ser usada pelas operadoras na implantação da telefonia de quarta geração.

Antonik disse que a instalação da TV digital no Distrito Federal e Entorno será o primeiro grande desafio e lamentou a falta de campanha mais intensa de esclarecimento para a população: — Brasília será um teste, pois

abrange região onde estão 4 milhões de habitantes e 1,2 milhão de domicílios, com desligamento previsto para 26 de outubro. Nossa principal preocupação é com a divulgação. É preciso chegar a 93% para que o sistema analógico seja abolido.

Segundo ele, a Abert defende que a migração seja feita o quanto antes, não só porque a TV digital é melhor para os telespectadores, mas pelo fato de as emissoras terem que bancar custos de dois sistemas enquanto a transição não é totalmente concluída.

Sem pressa

O conselheiro da Anatel Rodrigo Zerbone é o presidente do Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (Gired), responsável por disciplinar e fiscalizar a migração do sistema e do qual fazem parte governo, empresas e entidades representantes dos radiodifusores. Ele assegura que o calendário escalonado de desligamento do sinal analógico foi a melhor opção para garantir o êxito do

processo.

— Temos nível de segurança alto de que o atual cronograma, contemplando capitais e grandes cidades do interior até 2018, não será mais alterado. Nossa preocupação é não deixar ninguém sem acesso à TV. Não faria sentido acelerarmos o processo, excluindo parte da população. Estamos avançando com o pé no chão, de modo que a maioria dos brasileiros vai estar incluída no desligamento até 2018 — explica.

Zerbone destacou que parte da estrutura de radiodifusão do país, apesar de suas dimensões continentais, está a cargo de prefeituras e associações sem recursos para investir e sem mão de obra qualificada. A crise econômica também atrapalhou o processo. — Os Estados Unidos fizeram o desligamento em 2009 nos grandes centros, mas até hoje não desligaram totalmente o sinal analógico das transmissões locais, com cobertura menor. Isso dá ideia da dificuldade. Por isso, o interior do Brasil vai demandar mais tempo — afirmou.

Conversor

Quanto a Brasília, o presidente do Gired chama a atenção para dois fatores: a região já tem muitas emissoras transmitindo digitalmente e a população tem facilidade de acesso a novos aparelhos de TV, o que já garante de início um índice de digitalização acima de 70%. No último fim de semana, alunos de cursos técnicos do Senai percorreram as ruas de Ceilândia e Taguatinga, duas entre as maiores regiões administrativas do DF, para ajudar a população a instalar o conversor, imprescindível para quem tem aparelhos de TV mais antigos.

— Este mês vamos entrar numa fase de maior divulgação e a campanha vai ganhar corpo. A população tem que saber do que se trata. Saber, por exemplo, que a TV aberta digital em termos de qualidade de imagem supera até a TV por assinatura — disse ele.

Cronograma atual

Veja se sua cidade está entre as próximas a ter o sinal analógico desligado
(Portaria 1.714/2016)

• 26/10/2016
DISTRITO FEDERAL e cidades do entorno: Planaltina • Luziânia • Santo Antônio do Descoberto • Formosa • Valparaíso • Cristalina • Cidade Ocidental • Novo Gama • Águas Lindas de Goiás

• 29/03/2017
SÃO PAULO: Arujá • Barueri • Biritiba-Mirim • Caieiras • Cajamar • Carapicuíba • Cotia • Diadema • Embu • Embu-Guaçu • Ferraz de Vasconcelos • Francisco Morato • Franco da Rocha • Guararema • Guarulhos • Ibiúna • Itapeva • Itaquaquecetuba • Jandira • Mairiporã • Mauá • Mogi das Cruzes • Osasco • Pirapora do Bom Jesus • Poá • Ribeirão Pires • Rio Grande da Serra • Salesópolis • Santa Isabel • Santana de Parnaíba • Santo André • São Bernardo do Campo • São Caetano do Sul • São Lourenço da Serra • São Paulo • Suzano • Taboão da Serra • Vargem Grande Paulista

• 31/05/2017
GOIÁS: Abadia de Goiás • Abadiânia • Alexânia • Anápolis • Aparecida de Goiânia • Aragoiânia • Bela Vista de Goiás • Bonfinópolis • Brazabrantes • Caldazinha • Campo Limpo de Goiás • Caturai • Goiânia • Goiânia • Goiânia • Guaporé • Hidrolândia • Inhumas • Itaipava • Leopoldo de Bulhões • Nerópolis • Nova Veneza • Ouro Verde de Goiás • Pirenópolis • Santa Bárbara de Goiás • Santo Antônio de Goiás • Senador Canedo • Teresópolis de Goiás • Trindade

• 26/07/2017
BAHIA: Aratupe • Cairu • Camaçari • Candeias • Dias D'Ávila • Itapicira • Jaguaribe • Lauro de Freitas • Madre de Deus • Maragogipe • Nazaré • Salinas da Margarida • Salvador • Santo Amaro • São Francisco do Conde • São Sebastião do Passé • Saubara • Simões Filho • Terra Nova • Vera Cruz

CEARÁ: Aquiraz • Beberibe • Cascavel • Caucaia • Eusébio • Fortaleza • Guaiúba • Horizonte • Itaitinga • Maracanaú • Maranguape • Pacajus • Pacatuba • Pindoretama e São Gonçalo do Amarante • Barbalha • Caririacaba • Crato • Juazeiro do Norte e Missão Velha • Forquilha • Massapé • Santana do Acaraú • Sobral

MINAS GERAIS: Araçá • Baldim • Belo Horizonte • Betim • Brumadinho • Cachoeira da Prata • Caeté • Capim Branco • Confins • Contagem • Esmeraldas • Florestal • Fortuna de Minas • Funilândia • Ibirité • Igarapé • Inhaúma • Itaipava • Itaipetina • Jequiá • Juatuba • Lagoa Santa • Mário Campos • Mateus Leme • Matozinhos • Nova Lima • Pedro Leopoldo • Prudente de Moraes • Raposos • Ribeirão das Neves • Rio Acima • Sabará • Santa Luzia • São Joaquim de Bicas • São José da Lapa • São José da Varginha • Sarzedo • Sete Lagoas • Taquaraçu de Minas • Vespasiano

PERNAMBUCO: Abreu e Lima • Aragoiaba • Cabo de Santo Agostinho • Camaragibe • Igarassu • Ilha de Itamaracá • Ipojuca • Itapissuma • Jaboatão dos Guararapes • Moreno • Olinda • Paulista • Recife • São Lourenço da Mata

• 27/09/2017
SÃO PAULO: Aguaí • Águas da Prata • Águas de São Pedro • Alumínio • Americana • Amparo • Araraquã • Araçoiaba da Serra • Araras • Artur Nogueira • Boituva • Cabreúva • Campinas • Campo Limpo Paulista • Capela do Alto • Capivari • Cerquilha • Charqueada • Conchal • Cordierópolis • Cosmópolis • Elias Fausto • Engenheiro Coelho • Espírito Santo do Pinhal • Estiva Gerbi • Holambra • Hortolândia • Indaiatuba • Iperó • Ipeúna • Itacemópolis • Itapira • Itatiba • Itobi • Itu • Itupeva • Jaguaruana • Jarinu • Jurumirim • Jundiá • Leme • Limeira • Louveira • Mairinque • Mogi Guaçu • Mogi Mirim • Mombuca • Monte Mor • Nova Odessa • Paulínia • Pedreira • Piedade • Piracicaba • Pirassununga • Porto Feliz • Porto Ferreira • Rafard • Rio Claro • Rio das Pedras • Saltilho • Salto • Salto de Pirapora • Santa Bárbara D'Oeste • Santa Cruz da Conceição • Santa Gertrudes • Santa Maria da Serra • Santa Rita do Passa Quatro • Santo Antônio do Posse • São João da Boa Vista • São Pedro • São Roque • Serra Negra • Sorocaba • Sorocaba • Sumaré • Tamboá • Tapirai • Tatuí • Tietê • Torrinha • Valinhos • Vargem Grande do Sul • Várzea Paulista • Vinhedo • Votorantim • Aramina • Barretos • Batatais • Buritzil • Colina • Colômbia • Cristais Paulista • Franca • Guaiara • Guarã • Igarapava • Ipaú • Itapira • Ituverava • Jaborandi • Jeriquara • Miguelópolis • Nupuranga • Patrocinio Paulista • Pedregulho • Restinga • Ribeirão Corrente • Rifaina • São Joaquim da Barra • São José da Bela Vista • Altinópolis • Barrinha • Brodowski • Cravinhos • Jaboticabal • Jardimópolis • Luis Antônio • Morro Agudo • Orlândia • Pitangueiras • Pontal • Ribeirão Preto • Sales Oliveira • Santa Cruz da Esperança • Santo Antônio da Alegria • São Simão • Serra Azul • Serrana • Sertãozinho, Taquaral • Bertoga • Cubatão • Guaruja • Itanhaém • Mongaguá • Peruibe • Praia Grande • Santos • São Vicente • Aparecida • Atibaia • Bragança Paulista • Caçapava • Cachoeira Paulista • Campos do Jordão • Canas • Cruzeiro • Guaratinguetá • Igaratá • Jacareí • Lorena • Pindamonhangaba • Piquete • Potim • Roseira • São José dos Campos • Taubaté • Tremembé

• 25/10/2017
Espírito Santo: Cariacica • Fundação • Guarapari • Serra • Viana • Vila Velha • Vitória

Rio de Janeiro: Belford Roxo • Duque de Caxias • Guapimirim • Itaboraí • Itaguaí • Japeri • Magé • Maricá • Mesquita • Nilópolis • Niterói • Nova Iguaçu • Petrópolis • Queimados • Rio de Janeiro • São Gonçalo • São João de Meriti • Seropédica • Tanguá

• 2018
A relação dos municípios afetados pelo cronograma do desligamento da transmissão analógica em 2018 será publicada em outra portaria específica.

Congresso tem que acompanhar novo sistema, defende senador

O processo de implantação da TV digital no Brasil deve ser acompanhado com atenção pelo Congresso, na opinião de Walter Pinheiro (sem partido-BA). Especialista no assunto, o parlamentar lembra que é obrigação do Legislativo cobrar do governo promessas feitas anteriormente à população e que podem agora não ser cumpridas, como a universalidade e a mobilidade do sistema.

— Lamentavelmente essa discussão não mobiliza e já fiquei aqui pregando no deserto, sozinho. Mas é preciso entender que isso não é debate somente técnico, é de serviço. O Parlamento tem obrigação de se meter, sim, para defender o consumidor e o mercado brasileiro, pois pode haver aí modelo de negócio que gera oportunidade, emprego e renda — afirmou.

Testes

O senador adverte para o grande desafio que vai ser implantar o novo sistema em todo o país. Segundo ele, o teste em Rio Verde, interior de Goiás, não abrange todas as possíveis dificuldades a serem encontradas pelo caminho. — O teste em Rio Verde, com todo respeito à cidade, não bastou e tinha que ter sido feito no coração dos problemas; num lugar, por exemplo, onde há muitas emissoras de TV, de rádio base, torres e emissoras de radiodifusão. Ai se teria ideia de cada cenário pelo Brasil afora. Isso não foi feito nessa escala. Os testes servem exatamente para se saber como agir para ofertar serviço de qualidade — opinou.

Para Pinheiro, o troca-troca de ministros na pasta das Comunicações nos últimos anos também atrapalhou o processo. Além disso, segundo ele, no último leilão da faixa de 700 mhz, o governo se preocupou muito mais em arrecadar do que adotar postura de limpeza e uso racional do



Para Pinheiro, Senado deve participar e cobrar promessas do Executivo

espectro. Na avaliação dele, na era da radiodifusão e da telefonia móvel, o espectro de frequência é crucial, o “ouro da Babilônia”.

— Não acho que é preciso pôr no ministério necessariamente ministro que entenda do assunto, mas pelo menos alguém que se cerque de quem entende. Não precisa entender de frequência, aliás, é algo que poucos dominam no Brasil. Basta ter cabeça para o futuro e a ideia de fazer algo para todos os brasileiros, e não para alguns — disse Pinheiro, que foi relator do PLC 21/2015, aprovado em julho do ano passado, dando incentivos às indústrias de equipamentos para TV digital e de componentes eletrônicos semicondutores.

Baixa cobertura

Qualidade, interatividade, cobertura e prestação de serviços preocupam o senador. Ele diz que, apesar de haver aparelhos televisores em quase 99% dos lares brasileiros, o percentual de cobertura de banda larga fixa no Brasil é de 26%, o que é muito pouco para um país continental que precisa ofertar serviços pela TV.

— Vamos chegar com imagem que dará para ver até mancha na camisa. Mas seria desperdício entrar com sinal digital e não extrair nada mais. Temos que aproveitar a tecnologia e levar muito mais para os lares do que imagem em full HD — opinou.

Cidade do interior de Goiás é a primeira da América do Sul a ser 100% digital

O município goiano de Rio Verde, conhecido pela sua produção de grãos, tornou-se desde 1º de março deste ano a primeira cidade da América do Sul a receber integralmente o sinal digital. Com isso, o serviço de ampliação de 4G na região já começou a ser liberado. A expectativa do Ministério das Comunicações é de que até 2018 o espectro de 700 MHz seja totalmente oferecido para a internet móvel de alta velocidade.

TV Senado se moderniza com novos equipamentos e revolução tecnológica

Criada em 1996, a TV Senado também passa por uma revolução tecnológica. O aniversário de 20 anos da primeira emissora legislativa de alcance nacional está sendo marcado pela aquisição de novos equipamentos, o que permitirá sua modernização.

No dia 11 de maio, foram iniciadas, em caráter experimental, as transmissões do canal aberto digital em Maceió. Em breve, será a vez de Aracaju. — Sem essa renovação tecnológica, seria impossível entrar na

Segundo o secretário de Comunicação do município, Cairo Fagundes, quando a cidade foi escolhida como piloto para o projeto, houve resistências, mas hoje todos sabem que valeu a pena. — O sinal analógico foi desligado e a população percebeu a diferença — afirmou, acrescentando que houve campanha de esclarecimento e distribuição de kits com antena e conversor para pessoas de baixa renda.

era digital — explica o diretor da emissora, Sylvio Guedes. Atualmente, a TV Senado chega digitalmente pelos canais abertos em UHF a 21 capitais, sendo que, em Brasília, os telespectadores contam com a multiprogramação: quatro canais nas frequências 51.1 a 51.4. — É um caminho sem volta, e as TVs públicas também precisam acompanhar a evolução, inclusive com transmissões pela internet. No Japão, já se fala no 8k, tecnologia de ultra alta definição (UHDTV) — diz Sylvio.



Famílias beneficiárias da Bolsa Família em Rio Verde recebem kits com conversores e antenas para sinal digital de TV

Aparelhos antigos precisarão de conversor e antena externa, gratuitos para famílias em programas sociais

Para o fim do sinal analógico, será necessária a participação ativa da população. Os donos de aparelhos antigos precisarão trocá-los por novos ou adquirir um conversor de TV digital, que custa a partir de R\$ 110 nas lojas de eletroeletrônicos ou em sites da internet. Pode ser necessária também uma antena externa apropriada. Quase todos os modelos de TV fabricados após 2010 — os de tela fina, tipo plasma, LCD ou LED — já possuem conversor de

TV digital integrado. Portanto, a vida de quem tem um desses em casa ficará mais fácil. Talvez seja preciso trocar somente a antena, que tem de ser adequada para a recepção nesse formato. Em geral, os televisores trazem o selo “DTV”, indicando que estão prontos para a nova tecnologia. — Há o risco de interferência do celular no televisor, pois as frequências são muito próximas. A antena externa mitiga esse problema. Acabou a época da

palha de aço nas antenas e dos chiados. Ou a TV digital funciona perfeitamente, ou não vai funcionar — explica o diretor-geral da Abert, Luis Roberto Antonik. Sobre isso, o presidente do Gired, Rodrigo Zerbone, tranquiliza a população. Segundo ele, foram feitos testes e não é questão tão grave. — É claro que é algo que merece atenção, mas temos capacidade de ação grande, se necessário.

Uma das preocupações do governo e das emissoras é garantir que todos os cidadãos, especialmente os de baixa renda, tenham acesso ao serviço. As famílias inscritas no Cadastro Único do governo federal, integrantes de programas sociais como Bolsa Família, Luz Para Todos e outros, serão beneficiadas com um kit contendo uma antena, um conversor, cabo e conectores, o que as dispensará de comprar um aparelho novo de TV. Para retirar o kit, o

interessado deve agendar pelo telefone 147 com o Número de Identificação Social (NIS), localizado no cartão PIS-Pasep, na Carteira de Trabalho, no extrato do FGTs ou no Cartão Cidadão. Dúvidas Moradores de qualquer região do país podem tirar dúvidas por meio de uma central de atendimento e saber, por exemplo, quando sua cidade vai receber o novo sistema e quem tem direito aos kits. O número é 147.

Também é possível obter informações sobre o assunto por meio do site www.voce.natvdigital.com.br, mantido pela Empresa Administradora da Digitalização (EAD), que foi criada pelas operadoras de telefonia vencedoras do leilão da faixa de frequência de 700 MHz (Vivo, TIM, Claro e Algar) para atuar no processo de transição do sistema. É da EAD a responsabilidade de distribuir os kits aos beneficiários dos programas sociais do governo.

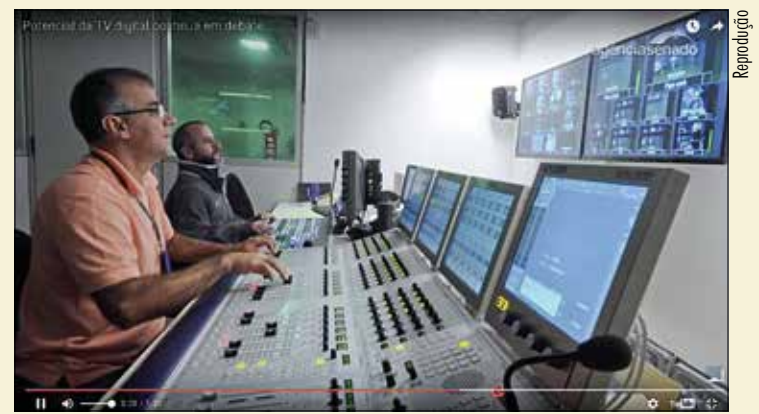
As vantagens da TV digital

- QUALIDADE O tempo dos ruídos, chiados, interferências e chuviscos na imagem chegou ao fim. Na transmissão digital, não há perda de qualidade no processo.
- GRATUIDADE A TV digital aberta, diferentemente da TV por assinatura (via cabo ou satélite), é gratuita, sem pagamento de mensalidade ou taxas.
- MOBILIDADE O sistema permite a mobilidade, ou seja, será possível assistir à TV pelos celulares, notebooks e até televisores em veículos.
- MULTIPROGRAMAÇÃO As emissoras públicas podem se dividir e transmitir mais de uma programação ao mesmo tempo. A TV Senado já conta com tal possibilidade. O recurso é vedado às redes comerciais.
- WIDESCREEN É possível a transmissão em alta definição (HDTV) com tela 16:9 (widescreen) e capacidade de áudio dividida em cinco canais. No padrão analógico, o som é estéreo, em dois canais.
- INTERATIVIDADE O telespectador tem, por exemplo, a chance de ver informações sobre o programa em exibição, conferir a grade de programação da emissora, jogar, ver a imagem por outro ângulo, dar pausa, retroceder ou avançar a imagem. Os recursos são ampliados à medida que as emissoras ofereçam novos serviços.

Saiba mais

- Portarias do Ministério das Comunicações <http://bit.ly/portaria378> <http://bit.ly/portaria1714>
- Decreto 8.753/2016 <http://bit.ly/decreto8753>
- Anatel www.anatel.gov.br
- TV Senado www.senado.gov.br/noticias/tv
- Abert www.abert.org.br
- DTV www.dtv.org.br
- EAD www.vocenasatvdigital.com.br

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania



Assista a vídeo da Agência Senado sobre o fim do sinal analógico de TV e a conversão para digital: <http://bit.ly/fimtvanalogo>

Motoboys defendem aposentadoria especial

Em audiência da Comissão de Direitos Humanos, representantes dos motociclistas rejeitaram proposta, em tramitação no Senado, que altera a regulamentação da atividade

REPRESENTANTES DE MOTOCICLISTAS profissionais defenderam ontem a aposentadoria especial para a categoria. Em audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH), eles chegaram a um acordo com o presidente do colegiado, Paulo Paim (PT-RS), para apresentação de um projeto de lei que atenda suas reivindicações.

A proposta, segundo Paim, poderia substituir o PLS 82/2011, em tramitação no Senado, que foi alvo de muitas críticas durante a reunião. Apresentado por Marcelo Crivella (PRB-RJ), o projeto altera a regulamentação da profissão de mototaxista e motoboy já prevista na Lei 12.009/2009.

— A categoria entende que devemos encaminhar pela rejeição do PLS 82. Vamos conversar com o senador Crivella, para que apresentemos um novo projeto cuidando da aposentadoria especial. Poderíamos também incluir questões relativas a equipamento de segurança e aplicativos de internet — sugeriu Paim.

O presidente do Sindicato dos Mensageiros, Motociclistas, Ciclistas e Mototaxistas do Estado de São Paulo (SindimotoSP), Gilberto dos Santos, elogiou Crivella, mas disse que o parlamentar apresentou um projeto com exigências que não poderão ser cumpridas.

O PLS 82/2011 prevê obri-

gatoriedade de uso de pneus de chuva, limite de 200 cilindradas para o motor dos veículos, limitação da velocidade máxima a 60 quilômetros por hora e proibição de trafegar nos corredores entre os carros.

— A Lei 12.009 contempla as necessidades dos mototaxistas e motofrentistas. É bem clara e já tem requisitos de segurança. Se esse projeto passar, vai trazer é mais problemas — afirmou o presidente do sindicato.

Para Santos, não deixar o motociclista ultrapassar os 60 quilômetros por hora é “loucura”, devido ao trânsito das grandes cidades. Ele disse ainda que proibir circulação entre os automóveis acabaria com a profissão e que usar só pneu de chuva é inviável, pois as motos circulam em variados tipos de terreno e situação.

— Além disso, qualquer motociclista sabe que, quanto maior a cilindrada de uma moto, mais segura ela é. Hoje já existem profissionais usando motos de 300, 400 cilindradas. Seria um retrocesso voltar atrás e limitar isso — argumentou o sindicalista.

O diretor de Projeto e Parceria do SindimotoSP, Rodrigo Carlos Ferreira da Silva, ressaltou as conquistas recentes da categoria e lembrou que a regulamentação da profissão e a padronização de equipamentos têm contribuído para



Paim (2º à dir.), entre sindicalistas, disse que vai estudar a apresentação de novo projeto para regulamentar a profissão

reduzir o número de acidentes em São Paulo e Região Metropolitana.

— Todos ganham com a regulamentação. Há redução de acidentes, qualificação profissional, melhora na qualidade de vida, controle de frota, geração de emprego, comprometimento social e aumento da arrecadação dos municípios — ponderou.

Ele também cobrou fiscalização mais rigorosa para que haja melhoria das condições de segurança:

— É inaceitável, mas hoje no Brasil é como se um Airbus lotado caísse por dia, levando-se em conta as mortes diárias no trânsito de motociclistas. Não poderemos aceitar isso — disse.

Motos em São Paulo

REGIÃO METROPOLITANA

Número de municípios	39
Número de motocicletas	1,5 milhão
Empregos diretos	282 mil
Rendimento médio mensal	R\$ 2.500
PIB da região	7%
Faturamento por mês do setor	R\$ 705 milhões

ACIDENTES COM MOTOCICLETAS

	2012	2013	%
Com vítimas	4.596	4.198	-8,66
Sem vítimas	858	754	-12,12
Vítimas leves	4.529	4.079	-9,94
Vítimas graves	1.211	1.039	-14,20
Mortos	200	179	-10,50

Tarifa de bilhetes aéreos em debate hoje

Uma audiência pública vai discutir hoje a medida provisória que prevê o fim do Adicional de Tarifa Aeroportuária, a partir de 1º de janeiro de 2017, e o aumento da participação estrangeira no capital das companhias aéreas brasileiras, de 20% para 49%. O debate é organizado pela comissão mista que analisa a MP 714/2016.

Para a audiência, foram convidados representantes do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, da Infraero, da Agência Nacional

de Aviação Civil (Anac) e do Comando da Aeronáutica.

O Adicional de Tarifa Aeroportuária é cobrado dos passageiros, em tarifas embutidas nos bilhetes, e das companhias aéreas sobre os procedimentos de pouso e permanência das aeronaves. O valor se destina a financiar reformas e expansões de aeroportos administrados pela Infraero. O adicional representa um acréscimo de 35,9% no valor das tarifas.

A MP também muda o limite de participação estrangeira no

capital com direito a voto das companhias aéreas brasileiras. O texto abre a possibilidade de negociação de acordo de reciprocidade (entre o Brasil e outro país) que permita a uma empresa estrangeira adquirir o controle do capital de uma companhia aérea brasileira (acima de 50% das ações), desde que uma empresa nacional também possa adquirir o controle de uma aérea em outro país.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Comissão vota novos prazos para empregados se afastarem do trabalho

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pode votar hoje novas hipóteses para a ausência do empregado ao trabalho sem prejuízo do salário. O PLS 59/2014, que está na pauta com mais 13 itens, visa estabelecer isonomia entre os empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e os servidores públicos federais.

Substitutivo do relator, Hélio José (PMDB-DF), ao projeto original, de Paulo Paim (PT-RS), permite ao

empregado celetista, entre outros benefícios, compensar as horas em que se ausentar do trabalho para realizar concurso público e pedir licença para cuidar de familiar doente. Amplia também os prazos de licença em caso de morte de parente, de dois para oito dias, e de casamento, de três para oito dias.

Após a decisão da CAE, o projeto passará por mais três comissões: Educação (CE), Direitos Humanos (CDH) e Assuntos Sociais (CAS).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: vago
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portella
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



Jonas Valente, Bia Barbosa, José Carlos Torves, Leopoldo Nunes, Tereza Cruvinel, Murilo Ramos, Rita Freire, Pedro Varoni e Beto Almeida defendem um sistema de comunicação público sem interferências

Mudanças em emissora pública recebem crítica

Jornalistas que participaram de audiência pública apontaram irregularidades na exoneração do ex-presidente da EBC Ricardo Melo e disseram que há censura e perseguição

A MANUTENÇÃO DO sistema público de comunicação foi defendida por jornalistas em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH). Os participantes do debate criticaram a exoneração, pelo presidente interino Michel Temer, do ex-diretor-presidente da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) Ricardo Melo, no dia 17.

No mesmo dia, Melo ingressou com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar restabelecer sua função na emissora. O jornalista havia sido nomeado para o cargo em 3 de maio, por Dilma Rousseff, para um mandato de quatro anos, com base na lei que criou a emissora (Lei 11.652/2008), vinculada à Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom).

Ex-presidente da EBC no governo de Lula, Tereza Cruvinel disse que a intervenção na empresa “ultrapassa os limites da civilidade”, visto que o mandado impetrado por Melo ainda não foi julgado pelo STF, mas, no dia 20, foi nomeado um novo presidente para a EBC, Laerte Rimoli. Ela ressaltou que a “ofensiva da emissora na crise política”, ao ouvir todos os envolvidos na disputa, “acelerou a ofensiva do governo provisório” contra o canal público.

— Ocuparam a empresa sem nenhuma comunicação aos seus gestores. E dezenas de portarias de exoneração

estão sendo publicadas internamente. Boa parte dos empregados se aliaram aos invasores, não entenderam a involução cultural que será — afirmou.

O diretor de Assuntos Institucionais da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), José Carlos Torves, disse que os últimos acontecimentos políticos do país, “com a participação da grande mídia a favor do golpe [do afastamento de Dilma da Presidência da República], não representam o sentimento, o espírito e a vontade da categoria”.

— Os jornalistas têm enfrentado o golpe e se manifestado permanentemente. Lutamos pela implantação da EBC. Não temos histórico de emissora pública no Brasil. O fato de não termos cultura de tevê pública cria dificuldade para enfrentar os atentados que ocorrem contra essas emissoras — afirmou.

Presidente do Conselho Curador da EBC, Rita Freire disse que a criação do canal foi fruto da luta da sociedade, “e não de uma pessoa ou de quem quer que seja”. Segundo ela, a exoneração de Melo foi ilegal, pois o afastamento do presidente da emissora, “se houvesse falta grave”, seria uma atribuição do próprio Conselho Curador.

Ex-diretor da EBC, Pedro Varoni disse que, para haver complementaridade dos sistemas privado, público e estatal, como previsto na Constituição, é necessária a saudável convivência entre

a comunicação pública e privada, o que fortalece o pensamento crítico e introduz novos temas no debate.

O ex-diretor da Agência Nacional do Cinema (Ancine) Leopoldo Nunes disse que a tevê pública é um veículo de comunicação da maior importância para a sociedade brasileira, pois representa os anseios de todos os setores da sociedade e foi construída após amplo debate público.

Cerceamento

Representante do Intervenções Coletivo Brasil de Comunicação Social, Bia Barbosa ressaltou que Melo só poderia ser exonerado por decisão do Conselho Curador da EBC. A jornalista também denunciou a prática de censura na emissora.

— A nomeação de um novo presidente, um interventor, já está modificando a grade da programação. Há portarias de demissão de funcionários, programas censurados. Comentaristas estão sendo demitidos, funcionários estão sendo perseguidos. Há cerceamento da liberdade de imprensa. O jornalismo brasileiro não reflete isso porque tem interesse em ver o sistema de comunicação público desmontado — afirmou.

Para o senador Paulo Rocha (PT-PA), há uma “conspiração política em que juntos derrotados, golpistas, oportunistas e traidores constituem maioria

no Parlamento”.

— A elite brasileira não gosta da democracia. Ela atura, por determinados momentos. Atacam setores que tentam criar uma nova consciência no país.

Presidente do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, Jonas Valente criticou o “desmonte” da EBC e apontou o desafio na construção de um sistema de comunicação público no Brasil que não esteja sujeito aos poderosos.

— É preciso valorizar os organismos internos para garantir autonomia da empresa, garantir que sua estrutura não seja reduzida e que a comunicação pública seja fortalecida. É preciso investimento para garantir que os sinais cheguem ao conjunto da população. A comunicação tem que se consolidar, independentemente do governo de plantão — afirmou.

O jornalista Beto Almeida, diretor da TV Sul e presidente da TV Cidade Livre, defendeu a consolidação do processo de integração dos países sul-americanos, para que eles possam unir-se na defesa de seus projetos e encontrar uma “saída histórica para os males impostos pelo capitalismo”.

Professor de comunicação na Universidade de Brasília (UnB), Murilo Ramos avaliou que o Brasil “vive um estado de exceção” e disse que o governo Temer, embora provisório, age com “virulência”, ao fundir e extinguir ministérios.

Líderes vão definir prioridades para Agenda Brasil



A partir de hoje o presidente do Senado, Renan Calheiros, deve conversar com as lideranças partidárias para definir projetos prioritários para os próximos meses. O objetivo é atualizar a lista de propostas da Agenda Brasil, pauta legislativa com o objetivo de incentivar o crescimento econômico do país.

— A minha ideia é fazer novamente uma visita aos líderes partidários para recolher as prioridades. A Agenda Brasil é plural, aberta, mas é chegada a hora, em função da circunstância em que vivemos, de atualizar aquela agenda, de redefinir prioridades — disse.

A Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, responsável pela discussão e votação da Agenda Brasil, tem colaborado com o equilíbrio das contas dos estados. Vários projetos nesse sentido têm sido aprovados no colegiado.

Em novembro de 2015, a comissão aprovou, na forma de substitutivo do senador licenciado Blairo Maggi (PR-MT), projeto que permite aos estados e municípios o uso dos depósitos judiciais e administrativos de processos em andamento (PLS 183/2015). O também senador licenciado José Serra (PSDB-SP), autor do projeto original, apontou que os valores depositados na rede bancária referentes a litígios judiciais e administrativos em andamento constituem importante receita em potencial.

O reconhecimento de parte desses valores como receita corrente, disse Serra, é uma forma de aumentar a arrecadação a um custo baixo. A alternativa seria captar recursos no mercado a juros relativamente altos por operações de crédito internas e externas. O texto foi à Câmara.

Outro projeto aprovado na comissão, da senadora Lúcia Vânia (PSB-GO), estabelece uma ajuda da União para es-

tados e municípios no valor de R\$ 1,95 bilhão, com o objetivo de fomentar as exportações (PLS 136/2015). Para o relator, Maggi, o auxílio é importante para o equilíbrio financeiro de estados e municípios.

— Se o governo não tiver dinheiro, fica autorizado a emitir título do Tesouro — disse.

O projeto, aprovado em setembro, seguiu para a Câmara.

A comissão aprovou também dois projetos de Ricardo Ferraço (PSDB-ES) sobre segurança pública, que agora aguardam análise da Câmara. O PLS 68/2014 permite a transferência direta de recursos financeiros do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) aos fundos penitenciários dos estados. O PLS 72/2014 instaura o sistema “repassa fundo a fundo”, pelo qual 60% dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública serão repassados pela União automaticamente a fundos municipais, estaduais ou distritais de segurança pública.

Hélio José anuncia para este ano reunião do Parlatino em Cuiabá

Hélio José (PMDB-DF) relatou a viagem que fez na semana passada à Cidade do



Panamá para participar de reunião do Parlamento Latino-Americano (Parlatino). O senador Roberto Requião (PMDB-PR) e vários deputados federais também fizeram parte da comitiva brasileira.

Hélio José é o segundo vice-presidente da Comissão de Minas e Energia do colegiado latino-americano. Por sua iniciativa, foi aprovada a realização de um encontro do Parlatino em Cuiabá, ainda este ano. Segundo o senador, a viagem permitiu a troca produtiva de informações sobre a realidade internacional.

— Relembro que o Parlatino tem como meta fundamental promover a integração latino-americana, sob a égide do regime democrático.

Wellington: logística de transporte precisa de providências imediatas

O Brasil precisa pôr fim à crise política para poder se dedicar à busca de soluções para a economia, disse ontem Wellington Fagundes (PR-MT). Segundo o senador, um setor que precisa de providências imediatas é o da logística de transporte.

— A deficiência no escoamento da produção é que prejudica e encarece os produtos nacionais — afirmou Wellington.

O parlamentar destacou o projeto do Arco Norte, que visa a uma maior exploração portuária de Rondônia, Amazonas, Amapá, Pará e Maranhão, mediante o aproveitamento do potencial de navegação dos Rios Madeira, Amazonas e Tapajós.

Se concretizada, a obra permitirá, em dez anos, que o país escoe 20 milhões de toneladas pelos portos daqueles estados, de acordo com o senador.

O senador licenciado negou acusação de que tenha defendido o fim da Lava Jato em conversa gravada e disse que se afastará do ministério Temer para retomar o mandato no Senado

Para senadores, denúncia contra Jucá é grave

A GRAVAÇÃO DE uma conversa entre o ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado e o senador licenciado Romero Jucá (PMDB-RR) dominou os pronunciamentos feitos ontem em Plenário.

A maioria dos senadores pediu o afastamento de Jucá do Ministério do Planejamento

diante da denúncia de que ele teria defendido um acordo para barrar as investigações da Operação Lava Jato.

Após participar, com o presidente interino Michel Temer e outros ministros, da entrega da revisão da meta fiscal ao presidente do Senado, Renan Calheiros (veja na pág. 3), Jucá

anunciou que pedirá licença do ministério e reassumirá hoje o cargo de senador.

Ele disse estar consciente de que não cometeu nenhuma irregularidade e que solicitará ao Ministério Público Federal (MPF) que analise a gravação e declare se houve ou não crime na conversa.

O Planejamento deve ser assumido pelo secretário-executivo, Dyogo Oliveira. Segundo Jucá, depois da avaliação do MPF, ficará a cargo de Michel Temer reconvocá-lo ou não ao governo.

— Eu fiz aquela conversa [com Sérgio Machado] como senador, e não como ministro.

Não há nenhum posicionamento diferente do que eu tive em entrevistas e em questões públicas. Sou presidente nacional do PMDB, sou um dos construtores desse novo governo e não quero deixar que qualquer manipulação mal-intencionada possa comprometer o governo — afirmou.

Jorge Viana: “Golpe se tornou público e crise terá reflexo na vida das pessoas”

Jorge Viana (PT-AC) afirmou que, com a divulgação do conteúdo da gravação de conversa entre Sérgio Machado e Romero Jucá, o golpe contra a presidente afastada Dilma Rousseff foi tornado público.

Para Viana, “tudo se agrava agora no governo Michel Temer e o pior é que a crise se reflete na vida das pessoas”.

— Olha que situação que nós estamos vivendo. Se era essa a ideia de passar alguma tranquilidade para o tal do mercado, de fazer um anúncio para o país, foi por terra. Vai ficar quem? O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, não tem o tal do lastro político que Jucá se coloca como tendo.

Viana também elogiou o presidente interino Michel Temer por ter se sensibilizado com o clamor dos artistas e recriado o Ministério da Cultura.



Moneira Manz/Agência Senado

PDT pedirá cassação de mandato de senador licenciado, anuncia Telmário

Telmário Mota (PDT-RR) anunciou que o PDT vai pedir a cassação do mandato do senador licenciado e ministro do Planejamento, Romero Jucá (PMDB-RR). Para o senador, a gravação de conversa de Jucá com Sérgio Machado é uma evidência de que a retirada de Dilma do poder é uma tentativa de evitar investigação sobre irregularidades.

O senador criticou a escolha de Jucá para o ministério, lembrando que o ministro tem denúncias de irregularidades na Justiça. Defendeu a demissão de Jucá, a volta de Dilma à Presidência e a convocação de novas eleições presidenciais. A gravação, disse, mostra que o impeachment foi um processo de revanchismo e ódio:

— O processo de impeachment é um golpe, é um golpe para parar as investigações.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Para Ana Amélia, não se pode tolerar ilícito para abafar a Lava Jato

A Operação Lava Jato precisa ser defendida, disse Ana Amélia (PP-RS). A senadora destacou a divulgação do diálogo entre Romero Jucá e Sérgio Machado, em que os dois discutem um pacto para deter a operação da Polícia Federal, que tem desvendado um grande esquema de corrupção na política e no meio empresarial.

Para Ana Amélia, o Congresso não pode tolerar qualquer ilícito que tente abafar a Lava Jato.

— Tenho a convicção de que Michel Temer, que por três vezes presidiu a Câmara dos Deputados, tem capacidade política pra entender os humores, não só do Congresso Nacional, mas os humores da sociedade, que está com os tambores rufando por exigir um novo comportamento da classe política — afirmou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Impeachment teve objetivo de parar investigações, diz Paim

“A situação está muito pior do que eu imaginava”, disse Paulo Paim (PT-RS), ao comentar a divulgação da gravação entre Romero Jucá e Sérgio Machado.

Para Paim, a gravação deixa claro que o objetivo do impeachment é abafar as investigações da Lava Jato. Ele ainda considerou preocupantes as notícias de que o governo Temer quer flexibilizar as leis trabalhistas, mexendo em direitos como férias, Fundo de Garantia, Previdência e 13º salário.

Em outro discurso, Paim criticou a incorporação do Ministério da Previdência pelo da Fazenda. Para ele, isso revela que o governo vai atender os interesses do mercado em detrimento dos interesses das pessoas. Para o senador, se a população soubesse que haveria essa mudança, não teria apoiado o impeachment. Ele também criticou a junção do Ministério das Comunicações com o da Ciência e Tecnologia.

Vanessa acredita que Dilma foi afastada para obstruir a Justiça

O processo de impeachment teve apenas o objetivo de obstruir a Justiça, afirmou Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). A senadora disse estar mais convencida do que nunca de que houve no Brasil um golpe parlamentar.

Vanessa pediu o cancelamento da reunião de hoje para analisar a nova meta orçamentária proposta pelo governo interino, considerando o projeto inseguro.

— Quando a presidenta Dilma mandou um orçamento deficitário, não admitiram criar um superavit de R\$30 bilhões. Quando ela mandou um projeto de mudança de meta para R\$97 bilhões de deficit, nunca o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, reuniu a Comissão Mista de Orçamento para analisar. Agora eles vêm e passam o deficit de R\$97 bilhões para R\$170 bilhões?



Jefferson Rudy/Agência Senado

Segundo Lindbergh Farias, todo o governo Temer carece de legitimidade

Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou que o escândalo revelado ontem contribui para mostrar a natureza golpista do impeachment e aprofunda o descrédito do presidente interino Michel Temer. Ele avalia que o afastamento de Dilma Rousseff foi irregular porque as chamadas pedaladas fiscais não constituem crime de responsabilidade. Para o senador, não apenas Romero Jucá precisa sair do governo, mas todo o governo Temer carece de legitimidade.

— Eu acho que esse governo não se sustenta por três meses, porque vai tentar impor um programa antipopular. Esse povo vai se levantar, vai ter junção de vários setores nas ruas e as pessoas vão perceber. Creio ainda que, no julgamento final da presidente Dilma, a gente possa reverter aquela votação do impeachment.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Alvaro cobra demissão de ministro e diz que PV fiscalizará Executivo

Alvaro Dias (PV-PR) afirmou que o PV, reunido ontem em Brasília, decidiu manter postura independente e crítica em relação ao governo Temer. Ele disse que o que o brasileiro mais precisa agora é de fiscais e essa será a postura do partido: fiscalizar a gestão Temer.

Para Alvaro, Temer errou ao manter um modelo de governo condenado pela população e ao nomear suspeitos e investigados pela Lava Jato. O senador disse que Jucá deveria ter sido afastado pela manhã para que as suspeitas que recaem sobre ele não sejam transferidas para o governo.

— Ou o presidente afasta o ministro ou passa a ser o governo suspeito tanto quanto é o ministro denunciado.

No fim da tarde, Jucá anunciou que se licenciaria do Ministério do Planejamento.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Cristovam defende eleições antecipadas para superar crise política

Cristovam Buarque (PPS-DF) sugeriu a realização de eleições presidenciais como forma de superar a crise política. Ele avaliou que as revelações envolvendo Romero Jucá mostram o esgotamento do presidencialismo de coalizão e respingam no presidente interino Michel Temer, que tem em seu ministério nomes citados na Operação Lava Jato.

— O fato pode ajudar a apressar um grande encontro nacional, e um caminho é a eleição direta antecipada.

O senador disse que a presidente afastada Dilma Rousseff perdeu a oportunidade de apresentar a proposta de antecipação das eleições, mas Temer poderia fazê-lo. Para ele, o país não pode ficar muito tempo com dois presidentes da República e dois presidentes da Câmara dos Deputados.



Moneira Manz/Agência Senado

Capiberibe avalia que população teme perder rede de proteção social

Segundo João Capiberibe (PSB-AP), a população receia ver diminuída a rede de proteção social garantida na Constituição de 1988. Para ele, o impeachment é uma opção pelo confronto e agrava a crise econômica e política do país. Ele lamentou a opção do Senado em apoiar o processo de afastamento de Dilma e voltou a defender novas eleições.

Capiberibe criticou a condução do governo Michel Temer. Mas, na visão dele, Dilma tem parcela de culpa pela crise, e o Congresso precisa fazer uma autocrítica sobre sua atuação.

— A representação política voltou as costas para os graves problemas da sociedade. O maior responsável por essa crise é o Parlamento, porque cabe a ele a responsabilidade pela fiscalização dos atos do Executivo.



Moneira Manz/Agência Senado

Waldemir Moka afirma que a situação do país exige sacrifício de todos

Waldemir Moka (PMDB-MS) afirmou em Plenário que é preciso uma grande “união nacional” em torno de uma solução para o Brasil. Para isso, é preciso determinação e sacrifício pessoal de cada um, inclusive para aprovar medidas impopulares, mas que se fazem necessárias para resolver a crise que afeta o país.

— Quero crer que nós, se nos despirmos das nossas dificuldades político-partidárias, do viés ideológico e pensarmos acima de tudo no país, haveremos de conseguir. Está aqui um senador que é capaz de passar por sacrifícios, inclusive se tiver que votar medidas impopulares, eu votarei, mas sob a condição de que essas medidas sirvam realmente para colocar o país no rumo do crescimento, do desenvolvimento e do progresso.



Moneira Manz/Agência Senado